#### **“O lugar possível de diminuição da violência de gênero é na educação”**

*A pesquisadora Cleusa Gomes analisa a repercussão dos casos envolvendo deputados e a questão da violência de gênero no cotidiano*

Em meio ao caos da guerra na Ucrânia, para onde viajou com o pretexto de auxiliar a resistência local, o deputado estadual Arthur do Val (União Brasil-SP) encontrou tempo para enviar áudios a amigos com uma série de comentários machistas sobre as refugiadas ucranianas. O caso ganhou repercussão e chamou a atenção para questões envolvendo a violência de gênero. “A violência de gênero, o assédio sempre foram naturalizados pela sociedade. E essas falas muitas vezes encontram eco na sociedade, mas isso tem mudado muito”, comenta a docente da UNILA, historiadora e coordenadora do Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe, Cleusa Gomes.

A mudança, diz ela, vem sendo alcançada graças aos movimentos de mulheres, os movimentos organizados e instituições que têm trabalhado para “desnaturalizar” frases e palavras que colocam a mulher como objeto sexual e propriedade masculina. “Não somente ele usou frases pejorativas como associou imediatamente as mulheres com o tráfico internacional de prostituição. São questões muito sérias, são questões que dizem respeito ao exercício do corpo da mulher, à liberdade e, ao mesmo tempo, também toca em temas que são muito caros para determinados setores da sociedade.”

O caso envolvendo Arthur do Val não é o único a ter visibilidade. No final de 2020, na mesma Assembleia Legislativa de São Paulo, o deputado Fernando Cury (Cidadania) foi acusado pela deputada Isa Penna (PSOL) por importunação sexual. Ele passou a mão nos seios da deputada durante uma sessão legislativa. “Nosso sistema político brasileiro é extremamente colonizado e colonizador. As regras básicas ainda não foram cumpridas no sistema político. [Esse caso] traz à tona uma violência sistemática, simbólica que é historicamente construída ao longo da vida e da história política brasileira”, analisa Cleusa Gomes. “A estrutura simbólica sistêmica sempre trabalhou numa perspectiva de que o espaço público não é lugar para mulheres”, completa, lembrando que a educação feminina e o direito a votar e ser votada, no Brasil, remontam ao final do século 19 e começo do século 20.

Para a pesquisadora, a denúncia da deputada Isa Penna foi educativa, mesmo que a impunidade tenha predominado. “A deputada agiu de forma exemplar porque trouxe para a sociedade o papel educativo [de evidenciar a] desigualdade de gênero. Ela está cumprindo o papel da desnaturalização da linguagem e do ato e do mandato masculino, porém, a sociedade tem muita dificuldade em penalizar essas atitudes porque ainda funcionamos dentro desse mandato da masculinidade.”

**Desconstrução do discurso**

A violência e a desigualdade de gênero são reafirmados cotidianamente por meio da linguagem, que naturaliza situações e conceitos, explica Cleusa Gomes. “Está na linguagem dos homens, das instituições, da mídia, está na imagem. A imagem é construtora de significados e de sentidos e vai reafirmando esse lugar de objetificação do corpo feminino. E esse lugar de objetificação do corpo feminino vai construindo essa ideia de desigualdade de gênero”, analisa.

O papel de submissão feminina começa com os livros infantis, alerta a pesquisadora, que colocam a mulher na casa, a serviço da masculinidade, excluindo-a de outras funções. “Essa mulher não pode pensar que pode ser uma engenheira, uma mulher da ciência”, afirma, ressalvando que, apesar desses reforços rotineiros de submissão, muito já mudou. “Mesmo com essa linguagem, as mulheres estão na ciência.”

Esse discurso precisa ser desconstruído “o tempo todo”, diz a docente. “Acho que a mídia, o sistema de comunicação como um todo tem muita responsabilidade nessa questão. Mas nós que trabalhamos com educação também temos muita responsabilidade. Temos que estar o tempo todo desconstruindo os discursos que estão sendo veiculados no social, no privado. Em todas as formas de linguagem.” Para ela, a mudança passa pela educação. “Eu sempre digo isso: o lugar possível de mudança, de diminuição da violência de gênero é na educação. Não há outro caminho.”

**Violência**

Uma pesquisa que mapeia os dados de violência na região da fronteira deve ser concluída no final de maio. “O monitoramento da violência de gênero é uma das pesquisas mais difíceis. Temos subnotificação porque muitos casos não são denunciados, muitas mulheres apanham em silêncio porque a sociedade é conivente”, esclarece.

Os dados mostram um aumento nas notificações de violência contra a mulher em Foz do Iguaçu. A pandemia teve um papel importante nesse crescimento. “As mulheres ficaram mais expostas ao agressor. Ficaram muito mais tempo com o agressor dentro de casa. E se já havia uma tendência de agressão, essa tendência aumentou. Mesmo assim, ainda com casos de subnotificação.”

O levantamento vai ser disponibilizado em um site que será dedicado ao monitoramento constante das questões de violência contra a mulher na fronteira. A intenção é que esses dados possam alimentar um sistema nacional dedicado ao tema. “Dados de fronteira são novos na política de dados nacional”, diz ela. “Há casos de mulheres paraguaias que vêm trabalhar em Foz do Iguaçu e, muitas vezes, sofrem violência de gênero dentro das casas das famílias”, exemplifica. “Essas informações não podem ser somente locais, elas precisam ser informações que consigam mostrar nossa realidade. É um trabalho difícil, meticuloso, mas que é necessário.”

A entrevista completa de Cleusa Gomes está disponível no canal da UNILA no YouTube (https://www.youtube.com/unila). No vídeo, a pesquisadora fala também sobre a influência das novelas, o conceito de vulnerabilidade, o papel da universidade e sobre a rede de proteção às mulheres de Foz do Iguaçu.